



GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação – Trabalho 656

AS DIVERSIDADES SEXUAIS NA ESCOLA: (IN)JUNÇÕES DISCURSIVAS ENTRE A RELIGIÃO E O ESTADO LAICO

Lisiane Goettems - IFFar

Maria Simone Vione Schwengber – UNIJU

Rudião Rafael Wisniewski - IFFar

Resumo

O artigo objetiva compreender como as formações discursivas acerca da diversidade sexual circulam (ou não) na escola e como o tom religioso, por vezes, encontra espaço na educação, em um Estado Laico. A formação discursiva destacada por Foucault (1997) vincula-se a ordens discursivas, a certas regularidades enunciativas. As condições históricas têm efeitos nos dizeres; o tempo e o espaço representam constructos importantes. A educação, enquanto pública, é direito garantido a todos; a religião envolve os preceitos da fé. Ambas compõem formações discursivas seculares, sendo a educação, no Brasil, obrigatória até os dezesseis anos de idade e a religião de livre adesão. Os objetos de análise deste texto são a imagem (charge) e a linguagem (narrativas escolares), as quais problematizam sobre as formações discursivas que circulam na religião, na educação escolar, em busca de compreender as aproximações e/ou distanciamentos com o Estado Laico, a *Constituição Federativa da República do Brasil* (1988). Conclui-se que a diversidade sexual na educação escolar ainda apresenta suas emergências sombreadas, a percepção do Outro-diferente em vivência de alteridade marcada mais por formações discursivas pessoais (valores familiares), do que pela formação discursiva constitucional (laica).

Palavras-chave: educação, Estado Laico, diversidade sexual, formação discursiva, religião.

1 Discurso e Formação Discursiva em Foucault

Os conceitos de discurso e formação discursiva, cunhados por Foucault, encontram-se desenvolvidos na obra *Arqueologia do saber*¹ (1986/1997). Em relação a discurso e formação discursiva, a obra indica importância aos aspectos que envolvam o pensamento, a atenção, a linguagem: como se articula aquilo que se pensa, diz, faz, em associação a um determinado tempo histórico e por certas formações discursivas. Neste

¹ A obra tomada como referência data de 1986 e 1997, porém, os conceitos desenvolvidos por Foucault antecedem este tempo (1969).

texto, pretende-se pensar acerca da diversidade na educação escolar, as aproximações e/ou distanciamentos com as formações religiosas e com o Estado Laico, a *Constituição Federativa da República do Brasil* (1988).

Faz-se prudente reforçar que os discursos e as formações discursivas são marcados pelo tempo e espaço. Cada sociedade e cultura seguem certas regularidades situadas historicamente, as quais estabelecem condições de emergência para que o pensamento, a linguagens e traduza em comunicação, em signos e circule. Formações discursivas sejam de ordem econômica ou linguística, sejam de ordem política ou literária, enfim, das mais diversas formas, colocam em funcionamento mecanismos que de algum modo possibilitam a produção de saber, conseqüentemente, de poder. Segundo Foucault (1997, p.8) o poder “[...] permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social”.

Assim, os discursos e as formações discursivas podem ser desencadeados em campos diferentes, mesmo estando situados em tempo comum. Desta forma, os atos de fala inscrevem formações discursivas que se baseiam em regime de verdade o que, conforme Fischer (2001, p. 204), “significa que estamos sempre obedecendo a um conjunto de regras, dadas historicamente, e afirmando verdades de um tempo”. Fischer (2001), afirma que o discurso se inscreve em determinadas condições, como atos enunciativos de fala que acabam por se apoiar em diferentes intencionalidades: diretas, indiretas, expressivas, combinatórias, declarativas, assertivas, diretivas.

Ainda, pelo fato de que os discursos inscrevem-se em relações de saber e de poder, as expressões ditas e, também, os não ditos de várias ideias e frases, merecem receber atenção e interesse de compreensão, pois acabam por gerar, em maior ou menor dimensão, algum tipo de efeito. Pelos atos de fala, podem-se traduzir as resistências, e/ou se legitimar ideias.

Na obra *Arqueologia do saber*, Foucault (1997) identifica-se com a análise dos acontecimentos e elabora caminhos para a compreensão dos fatos da vida. Quanto aos discursos, Foucault (1997) toma-os circunscritos por práticas que seguem determinadas regras, em suas possíveis regularidades de aparições. Foi também nesse movimento que Foucault (1997) se dedicou a pensar sobre a linguagem (dizível e visível), as imagens, suas relações.

A linguagem estrutura a relação do homem como ser social. E, para dizer algo é preciso situar esse algo historicamente. “Chamaremos de discurso um conjunto de

enunciados, na medida em que se apoie na mesma formação discursiva; ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (FOUCAULT, 1997, p. 135-6). Nesse sentido, a linguagem segue as regras discursivas determinadas. Não necessariamente considerando um único sentido e significado, mas atrelado a um tempo e espaço, a uma história. Já a formação discursiva vincula-se à ordem, correlação, funcionamento, transformação, que focadas em certas regularidades e homogeneidades, se fazem compreender. A linguagem é constitutiva do humano, a formação discursiva é possibilidade de poder que o ser humano enuncia. Através do discurso se pode compreender o funcionamento da sociedade, sua visão de mundo. Com a formação discursiva enquanto saber, se intervém no mundo, se desenvolve caminhos, se produz efeitos de linguagem. Através da linguagem, tem-se o sujeito em posição discursiva. Para Azevedo (2013, p. 161):

A noção de discurso nos condiciona a produções, e formação discursiva é uma prática em produção de sentidos, ambos os conceitos são desenvolvidos juntamente, mas trabalhados de maneiras distintas que no final a compreensão seja clara. A formação discursiva é uma prática determinada de ações subjetivas e objetivamente implicando possibilidades novas de se conhecer a estrutura humana em seus aspectos gerais na ciência. Enfim, que tudo caminhe em uma direção pela qual nós próprios devemos ter consciência do mundo real que estamos vivendo, e refletir sobre que rumo direciona cada escolha.

A linguagem faz aproximações com a imagem. Ambas, se associam quando capturam outro modo de exercitar o pensamento crítico em relação a algum acontecimento histórico. Interessa-nos então, ampliar a compreensão acerca das formações discursivas, em especial as relacionadas com o Estado Laico, a religião, a educação e a diversidade sexual.

Esse conjunto de enfoques pode gerar aproximação ou distanciamento entre si. Através da compreensão do mundo real e das escolhas, talvez possamos, como menciona Azevedo (2013), obter consciência, (re)direcionar os caminhos, produzir sentidos, aproximar mais, distanciar menos.

A seguir, analisaremos uma imagem a partir de algumas formações discursivas elaboradas no ano de 2013, na perspectiva de compreender o que se apresenta, também, o que resiste em se mostrar.

2 Formações discursivas: imagem e linguagem como recurso de análise

Pretende-se circular, nessa cessão, nas fronteiras entre as formações discursivas e os interditos. Nesse intuito, recorreremos a dois recursos de análise: primeiramente, através da arte do chargista Carlos Henrique Latuff de Sousa² que, em criações imagéticas tem produzido textos a respeito dos movimentos sociais brasileiros e seus desdobramentos. De modo provocativo, Latuff (2013) suscita olhar a realidade e, sobretudo, interagir/posicionar-se a respeito do mundo que nos cerca. A segunda etapa de análise, recorre à narrativa escolar acerca do Kit anti-homofobia, que foi organizado pelo Ministério da Educação (MEC), os decorrentes entraves que impediram sua circulação nas escolas, bem como, as formações discursivas que suscitaram quando de seu lançamento no Congresso e, posteriormente, nos demais ambientes sociais.

2.1 Latuff em “O sonho da bancada evangélica no Congresso Nacional”

A charge que analisada denomina-se “O sonho da bancada evangélica no Congresso Nacional”, é assinada pelo chargista Latuff (2013) e se encontra postada no Provos.Brasil³ – um blog que se apresenta como contrário ao “consenso fabricado”. Consoante Fonseca (1999, p.26), “O termo charge vem do francês *charger*, e significa carga, no sentido de carregar, exagerar”. Latuff (2013) elaborou a charge analisada, em vinte e sete de março de dois mil e treze, data em que ocorreu a apreciação e aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 99/11, de autoria do deputado federal João Campos⁴ (PSDB-GO), delegado e pastor da igreja Assembléia de Deus. Na prática, o projeto de João Campos confere às igrejas o poder de questionar a constitucionalidade de qualquer lei aprovada no Congresso, ganhando força para lutar contra diversos temas, como a união de casais homossexuais e a legalização das drogas e do aborto.

Conforme comentado, a charge de Latuff (2013) “O sonho da bancada evangélica no Congresso Nacional” apresenta texto e intertexto e, talvez o leitor já tenha se

²Assina suas charges como LATUFF. É conhecido por exercer ativismo artístico e social. Desde 1999, é simpatizante da causa Palestina. Suas charges são publicadas em diversos países e o tema principal do seu trabalho é ligado aos direitos humanos, cidadania, contra a repressão do Estado aos movimentos sociais e por isso, suas charges costumam ser usadas por manifestantes como símbolo de luta e denúncia.

³O blog Provos.Brasil traz em sua insígnia a menção de André Breton: “Não posso compreender que na estrada da revolta haja uma direita e uma esquerda [...] Digo que a chama revolucionária arde onde quer, e não compete a um pequeno número de homens, no período de expectativa que vivemos, decretar que é só aqui ou ali que ela pode arder”.

⁴Campos também é o autor do projeto 234/2011, apelidado de “cura gay”.

deparado com ela em outro tempo e lugar. Aqui, convida-se a fazer primeiro sua própria interpretação, quando visualizar a imagem abaixo e, somente seguir a leitura após essa pequena pausa. Compreende-se que a análise imagética do leitor pode cruzar com a dos autores, tecendo contribuições outras.

Na charge de Latuff (2013), vê-se o seguinte:



Figura 1: Charge “O sonho da bancada evangélica no Congresso Nacional”
Fonte: <https://latuffcartoons.wordpress.com/tag/biblia/>

Para o presente artigo, inicia-se por olhar a charge em sua materialização da *Constituição da República Federativa do Brasil*, livro publicado 1988 e ainda vigente, que destaca na capa as cores que referenciam o Brasil: verde, amarelo e azul, com lateral branca. Ainda, o traçado da bandeira nacional e a lembrança da frase “Ordem e Progresso”. Outra captura que o olhar permite encontrar, situa-se na parte superior da charge, deixando em evidência o brasão brasileiro⁵. A bandeira e o brasão, juntamente com o Hino Nacional e o selo que autentica atos de governo e certificados, representam os quatro símbolos nacionais brasileiros. O uso destes é regulado pela lei n. 5700 de 01 de setembro de 1971.

A *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 1988, representa um marco na sociedade brasileira. Simboliza a travessia de um Estado autoritário para um Estado Democrático de Direito e abraça os sentimentos de um conjunto da sociedade ávida em resgatar os ideais democráticos silenciados durante os anos do regime militar. A *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988) preconiza ampliação do rol de

⁵Criado no governo do primeiro Presidente da República Marechal Deodoro da Fonseca.

direitos e garantias fundamentais ao povo brasileiro, como o direito à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, bem como, a proteção à maternidade e à infância. Além do que, no seu texto, encontram-se incluídos os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos a serem seguidos no país.

Há destaque para a premissa de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Chama atenção ainda, que o capítulo que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais foi colocado logo no início do texto Constitucional e, por motivos estratégicos, não pode ser modificado. Muitos dos demais, com o decorrer do tempo recebem emendas, ou seja, (re) tomadas que incluem ou retiram determinados aspectos.

A charge de Latuff (2013) utiliza, também, o recurso da sobreposição de imagens. A *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988), recebendo sobre si, a *Bíblia Sagrada*, livro organizado em Antigo Testamento (datado entre 1500 a.C e 450 a.C) e Novo Testamento (datado entre 45 d.C e 90 d.C). A *Bíblia Sagrada* levou cerca de 1600 anos para ser escrita e representa textos religiosos de valor sagrado para o Cristianismo. É um livro de caráter doutrinário e, também, o mais vendido de todos os tempos, com mais de seis milhões de cópias em todo mundo, traduzido em mais de 2454 línguas e dialetos.

O Brasão Brasileiro, símbolo nacional, que compõe a imagem, também foi parcialmente escondido devido ao recurso da sobreposição. Desta vez, surge a cruz, que é símbolo religioso. O título que traz dados constitucionais, sendo substituído por outro. A base de apoio da(s) obra(s) traz a linha curva da Esplanada do Planalto, em Brasília, lembrando que neste espaço circulam o conjunto das duas escritas (leis e sagrado).

Outro elemento que a imagem desdobra é a assinatura de autoria da charge, somada ao ano de criação (2013), apresentada na lateral direita da imagem. Estaria ali mais um chamado para que se percebam os discursos e as formações discursivas desenvolvidos em tempo não tão distante? Olhando e religando ideias entende-se que, apesar de passados quase três anos da postagem inaugural da charge, no blog “Provos.Brasil”, os dois assuntos suscitados na imagem, são presença nas movimentações históricas do século XXI.

Há também outro chamado a pensar: o da figura masculina em destaque, nomeada pela etiqueta “Bancada Evangélica”. O homem que permanece de costas na imagem faz uso do martelo e da escada, (re)configurando, de certo modo, os simbolismos religiosos

que levaram Jesus a ser pregado à cruz (e hoje, pecado, penitência, sofrimento, promessas). Ainda, ao sermão, discurso religioso, pregação.

Latuff (2013) se nomeia autor da charge (o que interfere no discurso) e o homem de preto pode ser o representante de um coletivo que propõe o discurso, (traduzido na PEC 99/11 de autoria do deputado federal João Campos, vinculado à Bancada Evangélica). O homem de preto na escada quer o topo, e mais, quer deixar em destaque a *Bíblia Sagrada*, o lugar conquistado da “Bancada Evangélica”, como seu terno bem nomeia. O ato de pregar, desempenhado pelo homem exposto na charge, recupera fatos históricos descritos na Bíblia. O homem de terno preto parece reforçar a lembrança da liberdade interrompida, de fatos registrados na *Bíblia Sagrada*, quando narra que Jesus foi pregado e exposto e veio a “morrer por nós”. Atos que, em tempos de direitos humanos, estabelecidos na *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988), receberiam repúdio e punição.

A charge apresenta duas publicações que abordam discursos e formações discursivas de tempos históricos distintos, mas também concomitantes. Distintos, porque a *Bíblia Sagrada* teve sua escrita anterior a da *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988); concomitantes, porque os dois livros circulam e são de livre acesso na contemporaneidade. Enquanto discurso que os livros remetem, se podem relacionar duas escritas (religiosa e da lei), as quais denotam valores, regras para serem seguidas socialmente, justificativas (geralmente implícitas) para sua existência. Tem-se aí: dois documentos, um conjunto de normas, regularidades que interferem no modo de ser, agir, pensar dos sujeitos. Ora mais ora menos, mas inegavelmente, interferindo na vida social, familiar, profissional de todos nós.

A Constituição Nacional (1988) como lei fundamental e suprema do Brasil permite a participação do poder Judiciário sempre que houver lesão ou ameaça de lesão a direitos. Trata, pois, dos direitos civis, políticos e sociais, elaborado em mecanismos que a deixam ao alcance dos diferentes segmentos sociais. Exemplo de alargamento de sua circulação pode ser recuperado no fato de que o Brasil deixou de ter uma religião oficial que, outrora, tinha o Catolicismo Romano como modelo. Com a separação Estado-Igreja, a extensão do direito à liberdade religiosa foi ampliada e atualmente é vetado ao Estado recusar fé ou criar algum tipo de distinção ou preferência religiosa para alguém.

No entanto, as escritas dos livros não garantem extinguir lacunas entre legalidade e realidade, como também, não exige que haja interpretação dos dois livros (Bíblia e

Constituição Nacional). João Campos, em momento de defesa da PEC 99/11 argumentou que sua proposta tinha como significado a ampliação da cidadania e do acesso à Justiça. Reiterou, na época da defesa da PEC 99/11, que alguns temas dizem respeito diretamente às entidades religiosas: a questão da imunidade tributária, por exemplo, assim como a liberdade religiosa e o ensino religioso facultativo, entre outros.

Analisemos que, mesmo passados 28 anos da promulgação da *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988), parece que ainda há zonas simbióticas e confusas trazendo à tona a abordagem do Estado Laico. Para a maioria do povo brasileiro (os próprios políticos, como a charge chamou atenção), esta construção social ainda parece ser difícil. Em contrapartida, a Constituição dos Estados Unidos da América (1787), que está em vigor na sua quase totalidade há mais de 200 anos, é seguida em consciência e rigor pelos americanos, tendo, no largo do tempo, a aprovação de apenas sete emendas constitucionais.

Em pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, os dados indicam que o número de católicos caiu na maioria dos Estados Brasileiros e aumentou o de evangélicos, espíritas e sem religião. O Congresso brasileiro, com as mobilizações da bancada evangélica, católica e familiar, parece reiterar essas diversificações. Se relacionarem-se os dados estatísticos, com a realidade do Congresso, perceber-se-á que existe um número significativo de políticos que se nomeiam mais pela religiosidade, do que pelo próprio partido ao qual se inscrevem.

E são essas bancadas, vinculadas a religiões, que fazem questão de defender no plenário do Congresso brasileiro a formação familiar feita pela figura do pai= homem, da mãe= mulher, preferencialmente composta por filhos. Bancadas estas que se apresentam avessas ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, que discriminam homossexuais, que são contra a eutanásia e o aborto. Estariam as bancadas (evangélica, católica e da família) reiterando princípios religiosos? Não estariam essas esquecendo das premissas que movem o Estado Laico?

Chama atenção que o Estado Laico e os discursos a ele vinculado, vão sendo atravessados pelos discursos e formações discursivas das bancadas religiosas, que ganham envergadura a cada novo pleito eleitoral. No Congresso Nacional, essas bancadas revelam primeiro a si mesmas, se contam através de articulações geralmente de boicote, de resistência a todo e qualquer pensamento que se apresentar, minimamente, de acordo com temáticas que reivindicuem visibilidade às diferenças. O lugar do pensar, do conviver vão, pouco a pouco, inibindo votações que tenham na

emergência de debate as abordagens que tratem das diferenças (de classe, étnica, principalmente de gênero, dentre outras).

Nenhum dos livros citados na charge analisada anteriormente apresenta menor ou maior valia, pois, ambos existem e podem mobilizar pessoas. Não é interesse deste artigo eleger uma ou outra obra, antes interessa perceber as práticas discursivas que essas escritas despertam, entendendo também como a população alcança e elabora ações a partir do contato com o conjunto de enunciados prospectados. O enunciado, pois, é circulante, pode estar aqui e lá, num conjunto de discursos, na presença de ser falado e de falar dele, podendo desempenhar papéis e, para Foucault (1986, p. 114), “Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências.”

Mesmo intencionando o discurso unívoco para cada obra, o manuseio feito por “muitas mãos” e histórias acaba por desmontar o idealizado, gerando também para estes escritos possibilidades de inserir o “Ou”, ou seja, o mundo das ideias, provenientes do lugar de onde se fala, dos modos como se fala. Os dois livros que a imagem de Latuff (2013) ressalta se assemelham em certas abordagens, não podendo se assegurar que estão entre grupos de iguais ou de diferentes, em lugares de organização diversas ou assemelhados. Depois de escritos e lançados, o domínio da obra torna-se público e estas passam a fazer andanças em muitas casas e instituições. A circulação pode ser diferenciada tanto em quantidade, maneira de utilização e público que acessa. O referencial do enunciado, para Foucault, (2012, p. 110-11), “[...] forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados das coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado”.

E, se os sujeitos são efeitos de discurso, em seus corpos ficam inscritas as diferenças, congruências e as comunicações. Nos “desenhos” dos corpos, nas suas marcas subjetivas podem ser lidos os domínios que as instituições, os acontecimentos e os processos sócio-culturais assinam, interferindo (em doses diferenciadas) nas trajetórias de vida dos sujeitos.

As formações discursivas circulantes em um tempo e em um lugar são, também, formadoras de posicionamentos que se transformam num contínuo. Dependendo do campo que a formação discursiva evoca, se tem um ou outro projeto ou movimentação dos sujeitos. Os campos de ação do discurso podem ser simultâneos (familiar e escolar,

por exemplo) e ainda assim, ocuparem posições diferentes, isso porque há sempre junto com o discurso um jogo de saber e de poder operando.

2.2 Formação discursiva escolar: o Kit anti-homofobia em debate

Na segunda e última etapa de análise, traz-se, como debate central, a educação e as emergências da diversidade sexual. A troca envolve Leila⁶ e Leonel, alunos do noturno, matriculados em instituição pública, no Programa de Educação para Jovens e Adultos-PROEJA. É a aluna Leila quem relata ao colega Leonel, a conversa feita com a filha Marina, de nove anos de idade.

Aluna Leila- Eu disse para a minha filha Marina; se o kit anti-homofobia for aprovado para ser distribuído nas escolas você deve rasgar ele em mil pedaços. Sabe Leonel, como pais de Marina, reforçamos inúmeras vezes que ela está proibida de manusear esta pouca vergonha!

A conversa de Leila com a filha Marina remete a pensar que a temática da sexualidade ou da orientação sexual são abordagens que os pais de Marina parecem ter decidido apenas vigiar, controlar, negar. À luz de concepções adquiridas por onde circulam (casa, bairro, cidade, núcleo religioso e outros), os pais de Marina parecem ter optado por desenvolver uma educação que não dialoga e que indica negar a pertença da filha a outra geração.

O discurso da aluna Leila projeta a refletir como ocorrem aproximações (ou não) entre religião, família e escola. Nos segmentos percebem-se semelhanças em alguns modos de pensar e agir, sendo recorrente o reforço e uso de normativas, a defesa da heterossexualidade. Há certas famílias que incorporam com fidelidade o que ouvem na igreja/religião que frequentam, tomando a doutrina como premissa de vida, algo a ser seguido. Já a escola, supõe tempo e espaço para se construir o saber científico, filosófico, artístico, etc., em diálogo, para alargar visões, desenvolver capacidade de arguição.

Leila (aluna do Ensino Médio) e Marina (aluna do Ensino Fundamental) estão matriculadas em escolas diferentes e pertencem ao mesmo núcleo familiar (mãe e filha). Assim, importa questionar: Quanto o vivido nas escolas que Leila e Marina frequentam pode modificar e/ou intervir nas trocas de valores, conhecimentos, entre mãe e filha?

⁶Os nomes utilizados não correspondem aos nomes reais.

Como Leila e Marina encontram, agem com o “mais” que a educação mobilizada pelo Estado Laico lhes proporciona?

O entendimento do kit anti-homofobia como formação discursiva que circulou em alguns debates recentes, interessa nesse prosseguir. Na casa de Leila, a abordagem acerca desse kit foi geradora de ordem: “*você está proibida de manusear*”. Já nas escolas, o material não conseguiu lugar, como inicialmente projetaram. Os ataques calorosos ao kit anti-homofobia, ainda nos bastidores do Congresso Nacional Brasileiro, barraram a distribuição do material.

O Kit anti-homofobia, continha peças de vídeos, boletins e cartilhas abordando adolescentes e relações homoafetivas. Inicialmente, previa atender ao programa Mais Educação, vinculado a quase seis mil escolas públicas, com oferta de Ensino Médio, em diferentes estados brasileiros. O MEC esbarrou no discurso conservador das bancadas evangélicas, católicas, da família, as quais se horrorizaram de imediato, quando presenciaram o primeiro vídeo socializado e que fazia parte do kit. A presidente do Brasil da época, Dilma Rousseff, julgou prudente suspender a implantação de todo o material, mesmo sabendo do alargado trabalho do MEC através do Programa Escola sem Homofobia.

O kit anti-homofobia ficou popularmente conhecido no país como “kit gay” e como instrumento para o incentivo da homossexualidade. Não foi adiante, não chegou às escolas. E se tivesse chegado? Talvez fosse engavetado, já que o tema da sexualidade pode não ser presença efetiva nos estudos escolares, como também, parece não compor parte dos currículos de formação inicial dos professores.

Ainda, se pode pensar que os representantes políticos negaram o lugar do professor, não lhes permitiram voz sobre o assunto. Esqueceram os políticos que a escola não cumpre o papel de incentivo à sexualidade, antes cumpre a vez de conscientizar sobre o tema, tão sombreado ao longo da história e não diferente talvez, nas casas de muitas famílias, em dias atuais. Sexualidade, diversidade sexual, sexo, ainda são temas que causam estranhamentos, resistências, ficam cercados de mitos e regras, de questionamentos guardados.

No Brasil, a homossexualidade é vista ainda como anormalidade em muitos ambientes e instituições sociais. Apesar de haver aumento da circulação dos travestis, gays e lésbicas nas ruas, nas festas, nos programas de televisão, ainda são movimentos que se valem mais da aparência, ou seja, são visibilidades que ainda não conseguem aprofundar a necessidade de respeito ao Outro diferente. Ocorre que o homossexual não

apenas surge nos lugares, ele quer pertencer aos lugares.

Na busca de visibilidade e, sobretudo, de pertencimento, o homossexual tem sua vida invadida, por vezes, por expressões hostis: *“hum, esse é ‘biba’?!”, “Aquele lá é gay... não queira minha amizade”, “Não me incomodo com travesti, só quero que permaneça longe do meu convívio”, “Está tão quente que o ‘viadinho’ saiu do armário!”* Além do que, este conjunto de fatores pode estar sendo o motivo de recorrentes mortes, agressões físicas e verbais que os homossexuais enfrentam em diversos espaços sociais, sem mencionar os suicídios.

Mesmo assim, o Projeto de Lei 122⁷ que pretendia criminalizar a homofobia no Brasil, como já acontece com o racismo, está sem articulação desde 2001. Urge refletir, quantas pessoas são prestigiadas por reivindicarem ser chamadas pelo nome e pelo gênero que reivindicam como seus? Talvez pouquíssimas. Mesmo sendo fato de direito garantido em regulamentação de lei. Estamos falando de uma população invisível para os dados oficiais, para as estatísticas, para o sistema público de saúde e, por conseguinte, para alguns investimentos feitos na educação.

Com relação à educação e o cotidiano escolar, se pode prospectá-los como modo e lugar em que sujeitos se envolvem com o conhecimento de diversas áreas, tendo o debate da sexualidade e suas interfaces, como um entre tantos conhecimentos a estudar. Um lugar não apenas para conviver com a diversidade de (sujeitos, classes, orientação sexual, etnia, conceitos), mas para construir consciência acerca da(s) cultura(s), de respeito à diferença. A aluna Leila, resistente ao que foge à norma, reagiu em contrariedade ao Kit anti-homofobia, sem mesmo conhecê-lo concretamente, em profundidade. Leila parece ter se deixado convencer por posições que, eventualmente, ouviu, internalizou e veio a concordar, talvez sem questionar.

Os fatos remetem a suspeitar que a aluna Leila reage contra a orientação sexual que foge da heterossexualidade. Nos estudos escolares, a aluna Leila não necessariamente mudará sua posição em relação à orientação sexual de gays, travestis, lésbicas, porém poderá se pôr em reflexão sobre o assunto, podendo ser esse um começo para olhar o Outro⁸, para perceber o Outro-diferente, sem ter que nomeá-lo em categorias, em (pre)conceito. Por menor que seja a participação da aluna Leila, no

⁷A proposta original nasceu em 2001, pela então deputada Iara Bernardi (PT-SP). Após cinco anos, foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mas, ao chegar ao Senado Federal, o projeto não avançou.

⁸Utilizar-se-á a expressão Outro descrito com letra maiúscula. Assim o fazemos para reiterar o Outro diferente do mim/nós; o Outro que humaniza. O Outro da educação que tende a ser silenciado.

envolvimento das temáticas acerca da sexualidade, ainda assim terá sido oportuno, pois, ela estará inserida num campo reflexivo e não imitativo.

3 Há um “mais” que guia a educação?

Na educação escolar, grande parte das formações discursivas ampara-se no discurso da Constituição Nacional de 1988. Constituição essa, alicerçada na perspectiva dos direitos humanos, que forma rastros e ampara o ser sujeito. O discurso constitucional não se limita à fala e às coisas, mas produz o “mais”. Mas esse “mais” constitucional consegue nos guiar?

[...] analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 1986, p.56).

Na realidade escolar, as obras *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988) e a *Bíblia Sagrada*, raramente são manuseadas e lidas em sala de aula e, ainda assim, não são ausentes. Seus escritos podem surgir no modo de falar, decidir e ser de cada sujeito, no poder que exercem uns com os outros, em adoção de valores, modos de vestir, modos de falar. De algum modo, direto ou indireto, guiam ou interferem em diversas realidades, adentrando também, no universo da educação.

Através da educação escolar, talvez se possa assegurar minimamente a liberdade de expressão, de respeito à diversidade na presença de um Estado Laico. Por este conjunto de enunciados, os currículos escolares cumprem (ou deveriam cumprir) a função de dialogar com as questões de mundo (local e global), com os tempos históricos, com as emergências. Não só a filosofia e a sociologia escolar como responsáveis dessa tarefa, mas, as diversas áreas do conhecimento científico, em interlocução com as formações discursivas. Construir estratégias para proporcionar saber sobre o atualmente vivido, o devir, o já ocorrido.

O elaborado que dá corpo à *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988) parece guiar, por ser um “mais” circulante no cotidiano escolar. Porém, como gestar este “mais”? Como compreender que o “mais” vai além da palavra, perpassa histórias, vidas, emoções?

Travar diálogo em torno do que se apresenta minimamente avesso à norma, que porventura rompa com a mesmidade⁹ se apresenta como exercício de paciência pedagógica possível. Entre tantas possibilidades, criar condição de permitir as falas acerca da educação sexual, das diferenças, vivenciara alteridade para com o Outro-diferente. O “mais” na educação, guiado por intenções, que ganha lugar quando puder aparecer e, aos poucos, permanecer.

Vale lembrar que o ambiente escolar organiza cenas de coletividade (turmas, cursos...), os quais proporcionam (des) encontros. Nessa coletividade organizativa, alguns atores sociais, parecem esquecer que há um Outro em convivência, um Outro diferente de mim, um Outro com sentimentos. Em outros termos, não se trata apenas de situar a história da sexualidade no contexto da educação, importa fazer parte dos movimentos e formações discursivas. Despertar a sensibilidade, o humano em exercício mínimo de alteridade com o Outro em convivência.

Aprender a compreender os fatos sobre si mesmos, sobre o Outro-diferente, pode se apresentar como ação de ricas aprendizagens. Com a “bússola” em mãos (conhecimento), o desprendimento como consciência, talvez se mudem alguns rumos no que tange à educação sexual e à homofobia nas escolas, nas famílias, na vida. Ainda, pensar que não basta intervir e não assumir, deveres e direitos necessitam andar próximos.

Muitos segmentos sociais almejam que a escola assuma responsabilidades nem sempre suas, citando que a educação “abraça todas as causas”. Porém, assumir causas vai além da presença/circulação em determinado lugar e tempo histórico. Assumir é compreender que o “mais” que guia a educação, amparada na Constituição Nacional de 1988, organiza ativamente o presente e o porvir, põe em voga os direitos humanos como proclamação de maior inspiração humana, indica progresso social pela promoção da educação.

Enfim, o “mais” que guia a educação em um Estado Laico, apresenta formações discursivas que, quando compreendidas, destacam que a escola tem compromissos escritos, relacionados ao mundo, às vidas dos sujeitos. Esses são diferenciais a considerar sempre que a Educação queira valorizar os sujeitos, suas habilidades, suas histórias, seu contexto. É possível que a diversidade sexual na educação escolar tenha ainda suas emergências sombreadas, a percepção do Outro-diferente em vivência de

⁹Para Skliar (2003), a mesmidade refere-se ao mesmo de mim, ao habitual.

alteridade marcada mais por formações discursivas pessoais (valores familiares, religião), do que pela formação discursiva constitucional (laica). Longe do fim, essa discussão não se encerra aqui, faz apenas pausa, para um necessário retomar logo em breve.

Referências

A CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1787. Disponível em: <<http://www.uel.br/pessoal/jneto/gradua/historia/recdida/ConstituicaoEUAREcDidaPESSOALJNETO.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2016.

AS LEIS BRASILEIRAS E O ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA. Gestão escolar, Edição 004Out./Nov. 2009. Disponível em: <<http://gestaoescolar.org.br/politicas-publicas/leis-brasileiras-ensino-religioso-escola-publica-religiao-legislacaoeducacional-constituicao-brasileira-508948.shtml>>. Acesso em: 14 out. 2016.

AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues de. **Formação discursiva e discurso em Michel Foucault**. Vol. 6, N. 2, 2013. p. 148-162. Disponível em: <www.marilia.unesp.br/filogenese>. Acesso em: 14 out. 2016.

BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral, São Paulo: Paulus, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96** – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e análise do discurso em educação**. Cadernos de Pesquisa n. 114, novembro, 2001. p.127- 223.

FONSECA, J. da. **Caricatura: A imagem gráfica do humor**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 16 ed. Tradução Maria T. C. Alburquerque e J. A. Guilhon Alburquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

NÚMERO DE EVANGÉLICOS AUMENTA 61% EM 10 ANOS, aponta IBGE. G1 Brasil. São Paulo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/06/numero-de-evangelicos-aumenta-61-em-10-anos-aponta-ibge.html>>. Acesso em: 14 out. 2016.

O NOVO PASSO DA BANCADA EVANGÉLICA. Informe JB. 27 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/informe-jb/noticias/2013/03/27/o-novo-passo-da-bancada-evangelica/>>. Acesso em: 14 out. 2016.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença**. E se o outro não estivesse aí? Tradução Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOUSA, Carlos Henrique Latuff de. **O sonho da bancada evangélica no Congresso Nacional**. 27 mar. 2013. Disponível em: <<http://latuffcartoons.wordpress.com>>. Acesso em: 20 ago. 2016.